

Capítulo 16

DUALISMO E TECNOLOGIA

Além dos principais desequilíbrios estruturais que acabamos de analisar — concentração de renda, disparidades regionais, desempenho agrícola insatisfatório, troca desigual entre o setor monopolista e o competitivo —, a economia brasileira possui ainda um desequilíbrio básico: a heterogeneidade e o subdesenvolvimento tecnológico.

A heterogeneidade tecnológica, ou seja, a coexistência de técnicas extraordinariamente modernas e sofisticadas com técnicas tradicionais, reflete-se na existência de um setor monopolista e de algumas áreas do setor competitivo com altas taxas de produtividade, ao lado de amplas áreas do setor competitivo, especialmente a parte informal do mercado de trabalho, constituído de microempresas típicas da pequena produção mercantil e de uma infinidade de trabalhadores autônomos urbanos, em que a taxa de produtividade é baixíssima.

A heterogeneidade estrutural das economias latino-americanas, que Aníbal Pinto analisou em artigos pioneiros, é uma das bases do modelo de subdesenvolvimento industrializado. Na verdade, heterogeneidade estrutural é outra expressão para o dualismo ou desequilíbrio estrutural no nível tecnológico que caracteriza as economias subdesenvolvidas como a brasileira.

A teoria do caráter dualista das economias subdesenvolvidas foi fortemente combatida no Brasil após 1964, à medida que, por meio desse combate, os intelectuais de esquerda (mas não marxistas-leninistas ou ortodoxos), entre os quais me incluo, pretendiam atingir dois objetivos. Em primeiro lugar, pretendia-se fazer uma autocrítica da proposta populista, endossada pela quase totalidade da esquerda nos anos 50, de aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional (setor moderno) contra a oligarquia agrário-mercantil com resquícios feudais (setor tradicional). Em segundo lugar, o objetivo era criticar a ideologia do desenvolvimento conservadora — a chamada teoria de modernização —, que pretende reduzir o problema do subdesenvolvimento a uma “falta de capitalismo” e identificar o desenvolvimento com o processo de reprodução, na periferia, da sociedade capitalista norte-americana, ou, como sugere Celso Furtado, com a simples reprodução dos padrões de consumo dessa sociedade.

De fato, a teoria dualista do subdesenvolvimento prestou-se ao equívoco de imaginar a possibilidade de uma associação entre a burguesia local (chamada “nacional”) e os trabalhadores, quando fatos novos, no final dos anos 50, haviam tornado totalmente inviável esse tipo de aliança política. Nesse sentido, levou as esquerdas e os trabalhadores ao erro estratégico de aceitar uma aliança com uma criação teórica ou ideológica: a “burguesia nacional”. E serviu também de suporte às teorias modernizadoras (conservadoras) do subdesenvolvimento.

Mas essas distorções ideológicas não retiram o caráter objetivamente dual da economia brasileira. Dual porque: (a) heterogênea tecnologicamente; (b) desequilibrada em termos de mercado (um setor monopolista, outro competitivo, um setor formal, outro informal); (c) contraditória em termos de formação histórica (o capital industrial suplantando mas ainda convivendo com o capital mercantil); e (d) marcada pela distinção radical entre os muito ricos e os muito pobres.

Esse dualismo da economia brasileira, conforme demonstrou Ignácio Rangel, é algo de intrínseco e define o próprio subdesenvolvimento industrializado brasileiro. Não se trata de falta de capitalismo, como pretende a teoria da modernização, mas de uma forma distorcida de penetração do capital na produção. Em vez de penetrar de forma relativamente homogênea e integrada, como aconteceu nos países centrais, o capital mercantil e depois o capital industrial introduzem-se na economia de forma concentrada e exploratória. Na época do capital mercantil, será o latifúndio, e não a pequena produção mercantil, a forma específica e contraditória de manifestação desse capital. No período atual, marcado pelo capital industrial, este já penetra e se assenhora da economia na sua forma monopolista, concentrada, utilizando tecnologia altamente poupadora de força de trabalho. Em consequência, a penetração desse capital provoca bolsões de “modernidade” na economia, aos quais se justapõe, e se subordina ao setor competitivo, particularmente, o seu subsetor informal. Esse setor informal é a rigor pré-capitalista, à medida que é caracterizado pela pequena produção mercantil, em que o trabalho familiar é dominante e o trabalho assalariado, secundário, e pelo trabalho de autônomos geralmente subempregados. Mais do que uma relação de justaposição, entretanto, o setor informal mantém uma relação de subordinação e, portanto, de suporte para o setor capitalista monopolista, facilitando a acumulação de capital no último. Rosa Luxemburgo demonstrou esse fato, no início deste século, quando examinou o problema do imperialismo. No Brasil, talvez a análise mais interessante desse processo, por meio do qual os setores pré-capitalistas interpenetram e se tornam funcio-

nais no processo de acumulação capitalista foi realizada, por Francisco de Oliveira. Embora nem sempre muito claro, ele foi capaz de distinguir, na *Crítica da razão dualista*, o caráter ideológico da “razão dualista” do caráter objetivamente dualista (e funcional nesse dualismo) da economia brasileira, em vez de simplesmente negar a existência desse caráter dualista como fizeram muitos economistas e sociólogos superficiais ou apressados depois de 1964.

Uma causa fundamental da manutenção do caráter dual da economia brasileira está, portanto, no caráter monopolista e concentrado do capital industrial. Mas essa heterogeneidade estrutural está também basicamente relacionada com o problema da dependência tecnológica. O caráter dependente (mais do que interdependente) da economia brasileira é definido pela sua incapacidade de gerar em quantidade suficiente tecnologia própria. Somos obrigados, exceto no caso da agricultura tropical e de certos setores como o de construção de barragens hidrelétricas, a copiar mais do que desenvolver tecnologia. Além disso, as empresas multinacionais transferem para o Brasil quase exclusivamente a aplicação de tecnologia. A geração de tecnologia nova fica limitada aos países centrais, às matrizes das multinacionais.

Diante desse impasse, alguns tecnólogos radicais pretendem desenvolver exclusivamente tecnologia própria e fechar as portas do país para as multinacionais e para a compra de tecnologia.

Semelhante proposta está baseada em um equívoco. Todos os países que se desenvolveram tardiamente copiaram tecnologia. É uma prática muito mais barata. Na verdade, a possibilidade de copiar tecnologia é uma das únicas vantagens dos países subdesenvolvidos. O problema mais grave é encontrar meios para obrigar as multinacionais a transferir para os técnicos nacionais a tecnologia que já desenvolveram, além de forçá-las a gerar tecnologia internamente.

O fato concreto, entretanto, é que a relação marginal produto-capital, DY/DK , ou seja, a relação entre o aumento da produção nacional quando aumenta de uma unidade o estoque de capital, tende a ser alta no Brasil. Esse fato se deve, principalmente, à vantagem que temos de absorver tecnologia já desenvolvida anteriormente. O desafio é absorver essa tecnologia pagando o mínimo ou se possível nada por ela. E, uma vez atingido o nível da tecnologia estrangeira, conseguir, pelo menos em alguns setores, ultrapassar a quem copiamos. A Alemanha, o Japão fizeram isso. Nós também podemos fazer.¹

NOTA

¹ A literatura brasileira sobre política industrial e tecnológica é muito extensa. Foi especialmente importante nos anos 70. Ver, entre outros, Figueiredo (1972), Erber, Araújo Júnior et al. (1974), Bonelli (1976, 1996), Rattner (1988), Araújo Júnior (1992), Coutinho e Ferraz (orgs.) (1994), Suzigan (1996), Suzigan e Villela (1997), Tauile (1988, 1997), Erber e Cassiolato (1997).